

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras.  
O controle acionário da Seguradora, estruturado para formação do Grupo BB MAPFRE, foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676, de 25 de junho de 2012.

Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de automóvel, comercializada no canal bancário, foi transferida para a Brasilveículos Companhia de Seguros em 1º de janeiro de 2013.  
Em 2013 a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 4.525,1 milhões, representando recuo em relação ao exercício anterior de 15,4% devido, substancialmente, à transferência de carteira mencionada e lucro líquido de R\$ 216,7 milhões.  
Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2013 os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no valor de R\$ 15,6 milhões.

Em atendimento à Circular SUSEP 464/13, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 843,5 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.  
São Paulo, 20 fevereiro de 2014.  
**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	2013		2012		01/01/2012		Passivo	Nota	2013		2012		01/01/2012	
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)			(reapresentado)	(reapresentado)				
<b>Circulante</b>		<b>4.802.391</b>	<b>5.765.852</b>	<b>4.364.025</b>				<b>4.951.383</b>		<b>5.189.553</b>	<b>4.60.148</b>	<b>3.436.706</b>			
<b>Disponível</b>		<b>109.757</b>	<b>42.623</b>	<b>37.922</b>				<b>368.437</b>		<b>460.148</b>	<b>328.135</b>				
Caixa e bancos		109.757	42.623	37.922				214.856		145.438	151.385				
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>992.104</b>	<b>1.938.486</b>	<b>1.602.469</b>				118.874		133.402	102.440				
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>1.729.560</b>	<b>2.119.626</b>	<b>1.512.549</b>				24.851		21.516	16.895				
Prêmios a receber	<b>6</b>	1.575.910	1.806.213	1.456.037				7.459		148.007	47.456				
Operações com seguradoras		53.860	113.181	56.512				2.397		11.785	9.959				
Operações com resseguradoras	<b>7a</b>	99.790	200.232	-											
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>127.781</b>	<b>73.995</b>	<b>61.428</b>											
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas</b>	<b>13</b>	<b>1.084.636</b>	<b>722.885</b>	<b>624.254</b>				<b>766.457</b>		<b>726.431</b>	<b>441.187</b>				
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>211.682</b>	<b>277.843</b>	<b>82.791</b>											
Títulos e créditos a receber		157.326	125.295	26.912											
Créditos tributários e previdenciários	<b>20b</b>	44.354	144.538	54.644											
Outros créditos		10.002	1.235	8.010											
<b>Outros valores e bens</b>		<b>177.656</b>	<b>162.792</b>	<b>96.473</b>											
Bens a venda	<b>8</b>	142.787	113.395	70.997											
Outros valores		34.869	49.397	25.476											
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>4.857</b>	<b>1.778</b>	<b>2.364</b>											
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>13</b>	<b>364.358</b>	<b>425.824</b>	<b>343.775</b>											
Seguros		364.358	425.824	343.775											
<b>Ativo não circulante</b>		<b>2.128.105</b>	<b>1.831.551</b>	<b>1.107.536</b>											
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>1.424.149</b>	<b>1.192.660</b>	<b>521.054</b>											
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>817.105</b>	<b>664.490</b>	<b>190.619</b>											
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>70.970</b>	<b>129.656</b>	<b>-</b>											
Prêmios a receber	<b>6</b>	70.970	129.656	-											
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas</b>	<b>13</b>	<b>50.735</b>	<b>60.299</b>	<b>60.299</b>											
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>430.876</b>	<b>269.692</b>	<b>204.847</b>											
Créditos tributários e previdenciários	<b>20b</b>	407.261	260.722	196.276											
Depósitos judiciais e fiscais	<b>17a</b>	10.390	8.970	8.571											
Outros créditos		13.225	-	-											
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>13</b>	<b>54.463</b>	<b>68.523</b>	<b>65.289</b>											
Seguros		54.463	68.523	65.289											
<b>Investimentos</b>		<b>437.494</b>	<b>429.434</b>	<b>407.473</b>											
Participações societárias	<b>9</b>	430.669	422.335	400.006											
Imóveis destinados a renda		6.677	6.951	7.319											
Outros investimentos		148	148	148											
<b>Imobilizado</b>	<b>10</b>	<b>90.622</b>	<b>90.994</b>	<b>78.977</b>											
Imóveis de uso próprio		36.931	38.290	39.850											
Bens móveis		39.312	45.776	33.545											
Outras imobilizações		14.379	6.928	5.582											
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>175.840</b>	<b>118.463</b>	<b>100.032</b>											
Outros intangíveis		175.840	118.463	100.032											
<b>Total do ativo</b>		<b>6.930.496</b>	<b>7.597.403</b>	<b>5.471.561</b>				<b>6.930.496</b>		<b>7.597.403</b>	<b>5.471.561</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)**

	Nota	2013	2012
Prêmios emitidos	<b>19b</b>	4.525.081	5.348.329
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(275.209)	(902.394)
<b>(=) Prêmios ganhos</b>	<b>19a</b>	<b>4.249.872</b>	<b>4.445.935</b>
(+) Receita com emissão de apólices		(1.348)	189.231
(-) Sinistros ocorridos	<b>19c</b>	(2.655.135)	(2.809.730)
(-) Custos de aquisição	<b>19d</b>	(818.922)	(920.956)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	<b>19e</b>	(155.942)	(113.967)
(-) Resultado com operações de resseguro	<b>19f</b>	(244.592)	(117.648)
(+) Receita com resseguro		565.820	517.811
(-) Despesas com resseguro		(810.412)	(635.459)
(-) Despesas administrativas	<b>19g</b>	(431.460)	(499.718)
(-) Despesas com tributos	<b>19h</b>	(154.338)	(112.878)
(+) Resultado financeiro	<b>19i</b>	288.913	200.571
(+) Resultado patrimonial		34.192	55.609
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>111.240</b>	<b>316.449</b>
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(144)	-
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>111.096</b>	<b>316.449</b>
(-) Imposto de renda	<b>20a</b>	88.926	(48.670)
(-) Contribuição social	<b>20a</b>	53.129	(34.697)
(-) Participações sobre o resultado		(36.501)	(30.993)
<b>(=) Lucro líquido</b>		<b>216.650</b>	<b>202.089</b>
(/) Quantidade de ações		1.010.843.077	966.197.534
(=) Lucro líquido por ação - em Reais		0,21	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)**

	2013	2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>216.650</b>	<b>202.089</b>
<b>Ajustes para:</b>	<b>(8.702)</b>	<b>-</b>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(11.211)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	4.485	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda (controlada)	(3.293)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes (controlada)	1.317	-
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>207.948</b>	<b>202.089</b>
<b>Resultado abrangente do exercício atribuível aos:</b>		
Acionistas da empresa controladora	<b>207.948</b>	<b>202.089</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)**

	2013	2012
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>216.650</b>	<b>202.089</b>
Lucro líquido do exercício	216.650	202.089
<b>Ajustes para:</b>	<b>41.306</b>	<b>(11.764)</b>
Depreciação e amortizações	58.770	31.192
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	25.559	13.021
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	144	-
Resultado de equivalência patrimonial	(34.465)	(55.977)
Títulos e valores mobiliários	(6.726)	-
Títulos e valores mobiliários (controlada)	(1.976)	-
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>(157.308)</b>	<b>(223.999)</b>
Ativos financeiros	793.767	(609.888)
Créditos das operações de seguros e resseguros	369.407	(762.321)
Ativos de resseguro	(352.187)	(98.631)
Créditos fiscais e previdenciários	100.184	(89.894)
Ativo fiscal diferido	(146.539)	(64.446)
Despesas antecipadas	(3.079)	586
Custos de aquisição diferidos	75.526	(85.283)
Outros ativos	(62.113)	(171.477)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.420)	(399)
Impostos e contribuições	(155.076)	131.513
Outras contas a pagar	60.030	(4.121)
Débitos de operações com seguros e resseguros	40.026	285.244
Depósitos de terceiros	78.722	(25.992)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(420.505)	1.339.086
Provisões judiciais	(537.387)	127.332
Outros passivos	3.336	4.622
<b>Caixa gerado/(consumido) pelas operações</b>	<b>100.648</b>	<b>(33.674)</b>
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>100.648</b>	<b>(33.674)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento pela venda:	26.132	33.648
Investimentos	26.132	33.648
Pagamento pela compra:	(115.646)	(61.273)
Imobilizado	(26.470)	(28.660)
Intangível	(89.176)	(32.613)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(89.514)</b>	<b>(27.625)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de capital	71.600	66.000
Distribuição de dividendos	(15.600)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>56.000</b>	<b>66.000</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>67.134</b>	<b>4.701</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>42.623</b>	<b>37.922</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>109.757</b>	<b>42.623</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)**

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital		Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
			Ágio na subscrição de ações	Reserva de capital (investida)		Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de investimentos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>814.573</b>	<b>417.090</b>	<b>497</b>	<b>45</b>	<b>396</b>	<b>3.446</b>	<b>41.362</b>	-	-	-	<b>1.277.409</b>
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012	287.090	(287.090)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.998 de 23 de novembro de 2012	130.000	(130.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE 26 de dezembro de 2012	-	66.000	-	-	-	-	-	-	-	66.000	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	202.089	202.089	-
Proposta para distribuição do resultado:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	10.104	-	-	-	(10.104)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-							

Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. iii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iv. **Empréstimos recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e às cosseguradoras, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do exercício. v. **Determinação do valor justo:** O IFRS 13 "Mensuração do valor justo" estabelece uma única fonte de orientação nos IFRS para todas as mensurações do valor justo. O IFRS 13 não mudou a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas forneceu orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com os IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5d. c) **Instrumentos financeiros derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. i. **Contratos de investimentos:** A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e às variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agropecuária. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BMEFBovespa. ii. **Contratos de seguros:** Quando um derivativo embutido em contrato de seguros é identificado, a Seguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado para os períodos apresentados. d) **Redução ao valor recuperável:** i. **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Em junho de 2013 foi implementada a Provisão para Crédito de Liquidação Ouidosa - PCLD, a ser constituída sobre os prêmios a receber líquido de resseguro, cosseguro e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência. A probabilidade de cancelamento por não pagamento é determinada através da observação das características do seguro (informações cadastrais) e do seu comportamento em relação aos pagamentos ao longo de determinado período. Para minimizar possíveis distorções devido à sazonalidade de determinados produtos, as características e comportamentos de pagamento dos segurados foram analisadas por ramo. ii. **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. e) **Outros valores e bens:** A Seguradora detém estoques de salvados mantidos para venda que são recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Quando da estimativa inicial, adotamos o procedimento de contabilizar para os veículos recuperáveis 38,00% da tabela FIPE. Esses salvados são avaliados ao valor justo, deduzidos de custos diretamente relacionados a venda e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, como despesas de leilão, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos (LAT) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros são consideradas como um elemento de fluxo de caixa. Os veículos irreperáveis, com prazo de permanência contábil acima de 365 dias, são baixados contabilmente de acordo com a política de registro praticada pela Seguradora. f) **Outros créditos operacionais:** Estão registrados, substancialmente, o diferimento do agenciamento referente a contratos de comercialização em canais *Affinity*, em que o percentual calculado e o prazo para diferimento das despesas de comercialização são estipulados em cada contrato individualmente, de acordo com a característica da operação. g) **Investimentos: Participações Societárias:** Os investimentos na MAPFRE *Affinity* Seguradora S.A. e *BB MAPFRE Assistência S.A.* são avaliados por equivalência patrimonial e o investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. ii. **Imóveis destinados à renda:** Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Eventuais ganhos ou perdas na baixa ou alienação de propriedade de investimento são reconhecidas na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, onde esta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de arrendamento mercantil para outra parte ou conclusão da construção ou incorporação. Para uma transferência de propriedade de investimento para propriedade de uso próprio, o custo presumido para fins de contabilização subsequente corresponde ao valor justo na data da mudança no seu uso. Se o imóvel de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, a Seguradora contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. h) **Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC como isenção opcional permitida pelo CPC 37 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 10. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. i) **Ativos intangíveis:** Outros intangíveis adquiridos pela Seguradora têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A rubrica: "Outros intangíveis" refere-se basicamente a "Software" e projetos da Seguradora conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11. A amortização é calculada pelo prazo de 5 anos a partir da data em que estes estão disponíveis para uso e registro no resultado do período. A Seguradora adquiriu certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos canais de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescida dos custos diretos incrementais da transação foram contabilizados como ativo intangível de vida útil definida e amortizado pelo prazo contratual segundo o CPC 1 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados e nenhum ajuste ao valor recuperado foi identificado. j) **Classificação dos contratos de seguros e de investimentos:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que a SUSEP, por meio da Carta-Circular SUSEP/DECIM/GAB/Nº 007/08, estabelece critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. k) **Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. l) **Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguro é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro mantidas com os resseguradores são contabilizadas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguro cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. m) **Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro e/ou contratos de investimento com direitos a benefícios discricionários (DPF), são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. n) **Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de prêmios não ganhos (PNG) constituída pela parcela do prêmio coletivo, líquido do custo inicial de contratação, quando cabível. Correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco de seguro (PNG-RVNE). A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PNG-RVNE), representa o ajuste da PNG dada a existência de riscos vigentes mas não operacionalmente emitidos. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. Conforme disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios (PCP) deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para a reversão integral até 31 de dezembro de 2014, sendo que a mesma foi reclassificada para Outras Provisões Técnicas e está mantida sem atualização desde fevereiro de 2013, conforme permitido pela referida regulamentação. A Administração está avaliando eventuais impactos nos requerimentos pela referida Circular. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) foi extinta pela Circular 462/13 e em seu lugar foi instituída a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), que deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Seguradora não apresentou necessidade de Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP). No Teste de Adequação de Passivos (TAP) de 31 de dezembro de 2013, não foi verificada necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), deve ser constituída, quando necessário, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual. Conforme Circular SUSEP nº 462/13 a Provisão para Despesas Administrativas (PDA), foi extinta e em seu lugar foi instituída a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR). A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguradores e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente nos termos da Legislação vigente. Inclui o ajuste do IBNeR (Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados), quando necessário, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos mas não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos mas não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. o) **Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457 de 14 de dezembro de 2012 para as demonstrações financeiras referente a 2013, e nenhuma insuficiência foi identificada. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPDM e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Table with 2 columns: Premissas and Descrição. It lists various assumptions such as 'Taxa de desconto', 'Grupo de ramo', 'Seguro de pessoas', and 'Seguro de danos', along with their respective descriptions and values.

aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a resseguradora do Grupo MAPFRE. Gerenciamento do risco de crédito: Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. O Rating dos resseguradores dos contratos facultativos em 31 de dezembro de 2013 era:

Table with 4 columns: Tipo de ressegurador, Nome do ressegurador, % de Cessão, and Rating. It lists various reinsurance companies and their respective ratings and cession percentages.

Table with 7 columns: Ramos, Tipo de Resseguro, Modalidade de Contrato, Prioridade, Faixa, Moeda, and Retenção. It details the reinsurance operations, including the type of reinsurance, contract modality, priority, coverage range, currency, and retention percentage for various risk categories.

Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's Fitch Rating e Moody's*. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress.

Esses testes levam em consideração, cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, quanto a dificuldades ocasionadas na transferência de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é mitigado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. É aprovada, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e tem por objetivo controlar os diferentes descaimentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM - Asset and Liability Management*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes mapas. As estatísticas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revistas mensalmente. Essas estatísticas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	109.757	-	-	109.757
Valor justo por meio do resultado	311.591	339.154	155.725	806.470
Disponível para venda	-	-	158.510	158.510
Mantidos até o vencimento	185.459	147.017	511.062	843.538
Créditos das operações de seguros e resseguros	1.729.560	70.970	-	1.800.530
Outros ativos	472.939	13.742	-	486.681
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>2.809.306</b>	<b>570.883</b>	<b>825.297</b>	<b>4.205.486</b>

	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	42.623	-	-	42.623
Valor justo por meio do resultado	1.911.930	-	-	1.911.930
Mantidos até o vencimento	25.439	663.802	-	689.241
Créditos das operações de seguros e resseguros	2.119.626	129.656	-	2.249.282
Outros ativos	297.214	688	-	297.902
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>4.396.832</b>	<b>794.146</b>	<b>-</b>	<b>5.190.978</b>

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 10.390 (R\$ 8.970 em 2012), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Em análise dos passivos correspondentes não foram identificados riscos de liquidez. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria de Finanças e a MAPFRE Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 5.070. No período analisado, as posições que mais contribuíram em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis com remuneração pré-fixadas e índices de preços. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 1.809.209 de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 843.538 foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", e R\$ 105.615 referentes ao Convênio DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 860.056.

	2013	2012
	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Patrimônio Líquido
Fator de Risco		
Taxa de Juros		
Elevação de taxas	(1.903)	(16.945)
Redução de taxas	1.390	18.454

Parâmetros: a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e de fatores externos exceto riscos de crédito, mercado e liquidez (como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões gerenciais aceitos de comportamento empresarial).

**Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e fundamentação e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de relatório periódico operacional e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *compliance* interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, onde a matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e à Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que o incluir de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

**Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período atual e em períodos anteriores, a Seguradora manteve nível de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Seguradora é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP, sendo elas: CMR - Resolução CNSP nº 282 de 2013, art. 2º, item III; Risco de Subscrição - Resolução CNSP nº 280 de 2013; Risco de Crédito - Resolução CNSP nº 228 de 2010 e Risco Operacional - Resolução CNSP nº 283 de 2013.

	2013	2012
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.809.446</b>	<b>1.545.498</b>
Participações societárias	(430.669)	(422.335)
Despesas antecipadas	(3.705)	(1.778)
Créditos tributários e prejuízos fiscais	(345.646)	-
Ativos intangíveis	(175.840)	(118.663)
Obras de arte	(148)	(148)
<b>Patrimônio líquido ajustado (a)</b>	<b>853.438</b>	<b>1.002.774</b>
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	741.827	929.920
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	601.418	574.879
<b>Margem de solvência (b)</b>	<b>741.827</b>	<b>929.920</b>
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital de Risco (Subscrição, Crédito e Operacional) (CR)	767.875	961.359
Capital risco de subscrição	678.872	887.269
Capital risco de crédito	108.142	134.099
Correlação entre Capitais de Subscrição e Crédito	(48.112)	(60.009)
Capital de risco operacional	28.973	-
<b>Capital Mínimo Requerido (c)</b>	<b>767.875</b>	<b>976.359</b>
<b>Suficiência de capital (d = a - c)</b>	<b>85.563</b>	<b>26.415</b>
<b>Suficiência de capital (d/c)</b>	<b>11,14%</b>	<b>2,71%</b>

(c) CMR = Máximo (Capital Base, Capital de Risco, Margem de Solvência)  
Destaca-se que o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR) de 2012 foi elaborado de acordo com os normativos vigentes à época, onde o CMR era maior valor entre capital base somado ao capital de risco ou margem de solvência.

## 5. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

### a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2013	2012
	806.470	1.911.930
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>806.470</b>	<b>1.911.930</b>
<b>Carteira própria</b>		
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2.219	0%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	0%
Letras financeiras (LF)	-	0%
Quotas de fundos não exclusivos	-	0%
<b>Fundos exclusivos</b>		
Debêntures	93	0%
Fundos de investimentos - abertos/outros	18.380	2%
Quotas de fundos DPVAT	105.615	13%
Fundos no exterior	-	0%
Letras do tesouro nacional (LTN)	124.915	16%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	245.447	31%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	667	0%
Opções de futuros	5	0%
Operações compromissadas	-	0%
Over	179.699	22%
Títulos da dívida agrária (TDA)	129.430	16%
<b>Ativos disponíveis para venda</b>	<b>158.510</b>	<b>100%</b>
<b>Carteira própria</b>		
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	67.114	42%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	91.396	58%
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>843.538</b>	<b>100%</b>
<b>Carteira própria</b>		
Certificados de depósitos bancários (CDB)	99.295	12%
Fundos exclusivos		
Certificados de depósitos bancários (CDB)	26.795	3%
Debêntures	23.981	3%
Letras do tesouro nacional (LTN)	18.259	2%
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	15.879	2%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	150.624	18%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	508.705	60%
Outras aplicações	691	100%
<b>Total</b>	<b>1.809.209</b>	<b>100%</b>

## b) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	Transfê-rencia			Resgates	Ajuste Rendimentos/ TVM(*)		2013
	2012	Aplicações	2013		Atualizações	2012	
Fundo de investimento exclusivo	2.393.042	-	426.773	(1.498.330)	-	121.062	1.442.547
Fundo de investimento - DPVAT	84.607	-	26.435	(11.152)	-	5.725	105.615
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.179	-	-	(2.345)	-	166	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	119.104	-	2.500	(27.728)	-	7.970	101.846
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	70.785	-	(5.798)	2.127	67.114
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-	156.588	(62.774)	(5.413)	2.995	91.396
Letras financeiras (LF)	2.240	-	-	(2.435)	-	195	-
Outras aplicações	1.804	(1.436)	-	-	-	323	691
<b>Total</b>	<b>2.602.976</b>	<b>(1.436)</b>	<b>683.081</b>	<b>(1.604.764)</b>	<b>(11.211)</b>	<b>140.563</b>	<b>1.809.209</b>

(\*) Bruto de impostos e não contempla o ajuste TVM (controlada) no montante de R\$ (3.293).

Descrição	Transfê-rencia			Resgates	Ajuste Rendimentos/ TVM		2012
	2011	Aplicações	2012		Atualizações	2011	
Fundo de investimento exclusivo	1.526.286	-	1.284.140	(592.850)	-	175.465	2.393.041
Fundo de investimento - DPVAT	63.971	-	31.836	(18.136)	-	6.936	84.607
Letras financeiras do tesouro (LFT)	2.009	-	-	-	-	171	2.180
Certificado de depósito bancário (CDB)	109.594	-	5.000	(5.156)	-	9.666	119.104
Letras financeiras (LF)	85.721	-	-	(89.002)	-	5.521	2.240
Outras aplicações	5.507	-	-	(3.703)	-	-	1.804
<b>Total</b>	<b>1.793.088</b>	<b>-</b>	<b>1.320.976</b>	<b>(708.847)</b>	<b>-</b>	<b>197.759</b>	<b>2.602.976</b>

**c) Composição por prazo e por título:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

2013	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	1 a 30 dias				Valor Contábil	Valor Justo	Ajuste a Valor Justo
		ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>324.806</b>	<b>700</b>	<b>(13.915)</b>	<b>494.879</b>	<b>806.470</b>	<b>806.470</b>	-	
<b>Carteira própria</b>								
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2.219	-	-	-	2.219	2.219	-	
<b>Fundos exclusivos</b>								
Debêntures	-	-	-	93	93	93	-	
Fundos de investimentos - abertos/outros	37.226	-	(18.846)	-	18.380	18.380	-	
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	-	-	124.915	124.915	124.915	-	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	-	245.447	245.447	245.447	-	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	667	667	667	-	
Opções de futuros	-	-	-	5	5	5	-	
Over	179.699	-	-	-	179.699	179.699	-	
Quotas e fundos especiais	-	-	-	-	-	-	-	
Títulos da dívida agrária (TDA)	105.615	-	-	-	105.615	105.615	-	
<b>Ativos disponíveis para venda</b>								
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	700	4.926	123.757	129.430	129.430	-	
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>185.459</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>658.079</b>	<b>843.538</b>	<b>817.635</b>	<b>25.903</b>	
<b>Carteira própria</b>								
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	-	99.295	99.295	99.295	-	
<b>Fundos exclusivos</b>								
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	-	26.795	26.795	26.795	-	
Debêntures	-	-	-	23.981	23.981	23.255	726	
Letras do tesouro nacional (LTN)	-	-	-	18.259	18.259	17.608	651	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	150.624	150.624	144.250	6.374	
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	-	-	15.879	15.879	14.872	1.007	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	185.459	-	-	323.246	508.705	491.560	17.145	
Outras aplicações	174	-	-	517	691	691	-	
<b>Total</b>	<b>510.439</b>	<b>700</b>	<b>(13.915)</b>	<b>1.311.985</b>	<b>1.809.209</b>	<b>1.794.517</b>	<b>14.692</b>	

2012	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	1 a 30 dias				Valor Contábil	Valor Justo	Ajuste a Valor Justo
		ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>884.513</b>	<b>74.040</b>	<b>53.639</b>	<b>899.738</b>	<b>1.911.930</b>	<b>1.911.930</b>	-	
<b>Carteira própria</b>								
Certificados de depósitos bancários (CDB)	1.676	-	-	-	1.676	1.676	-	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	-	2.179	2.179	2.179	-	
Letras financeiras (LF)	-	-	-	2.240	2.240	2.240	-	
Quotas de fundos não exclusivos	147.307	-	-	-	147.307	147.307	-	
<b>Fundos exclusivos</b>								
Fundos de investimentos - abertos/outros	60.304	-	-	876	6			

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

## 14. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e dedução do cosseguro. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de resseguro	Ano de ocorrência do sinistro						2013	Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
Montante estimado para os sinistros	853.653	1.004.509	1.143.483	1.365.944	1.793.498	2.514.737	2.050.855	10.726.679
• No ano da ocorrência	1.156.569	1.020.691	1.139.495	1.406.267	1.889.910	2.336.372		8.949.304
• Um ano após a ocorrência	1.078.347	1.029.226	1.184.943	1.436.609	1.856.237			6.585.357
• Dois anos após a ocorrência	1.069.768	1.035.114	1.182.819	1.406.555				4.694.256
• Três anos após a ocorrência	1.072.637	1.043.006	1.175.583					3.291.226
• Quatro anos após a ocorrência	1.075.018	1.037.057						2.112.075
• Cinco anos após a ocorrência	1.068.899							1.068.899
• Seis anos após a ocorrência	1.068.899							1.068.899
Estimativa dos sinistros na data base	(215.246)	(32.548)	(40.611)	(62.739)	(178.365)			(204.879)
Diferença entre as estimativas inicial e final	1.058.774	1.020.567	1.146.931	1.353.273	1.775.692	2.237.676	1.536.577	10.129.496
Passivo representado no quadro	10.125	16.490	28.646	53.282	80.545	98.696	514.278	802.062
Passivo em relação a anos anteriores a 2007								683.063
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT								105.570
Total de Passivo de Sinistros								1.590.695

## 15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Montante estimado para os sinistros	Ano de ocorrência do sinistro						2013	Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
• No ano da ocorrência	694.418	976.856	1.065.543	1.211.213	2.090.911	2.196.668	1.497.157	9.668.756
• Um ano após a ocorrência	683.429	812.846	1.031.045	1.252.953	2.211.145	1.973.461		8.028.889
• Dois anos após a ocorrência	684.062	882.447	1.053.046	1.279.027	2.250.010			6.148.592
• Três anos após a ocorrência	689.814	886.394	1.050.755	1.282.868				3.909.831
• Quatro anos após a ocorrência	694.981	897.794	1.093.572					2.686.347
• Cinco anos após a ocorrência	697.708	943.704						1.641.412
• Seis anos após a ocorrência	738.993							738.993
Estimativa dos sinistros na data base	738.993	943.704	1.093.572	1.282.868	2.250.010	1.973.461	1.497.157	9.779.765
Diferença entre as estimativas inicial e final	(44.575)	(30.858)	(28.029)	(71.655)	(159.099)	223.207		(111.009)
Passivo representado no quadro	681.409	870.169	1.008.358	1.182.905	2.074.685	1.819.685	1.380.496	9.017.707
Passivo em relação a anos anteriores a 2007	57.584	73.535	85.214	99.963	175.325	153.776	116.661	762.508
Passivos relacionados à Retrocessão e DPVAT								58.520
Total de Passivo de Sinistros								105.570
								926.148

## 16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros	2013			2012		
	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão	Quantidade	Valor da Causa	Valor da Provisão
Probabilidade de perda Provável	8.254	234.852	234.852	8.030	211.350	211.350
b) Composição das ações por ano						
Ano de abertura	2013		2012		Total	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial		
Até 2000	234	27.633	224	11.259		
2001	69	2.484	79	1.954		
2002	92	2.716	107	4.532		
2003	124	2.982	155	4.579		
2004	211	7.628	237	7.750		
2005	305	16.366	323	21.781		
2006	447	19.199	473	16.776		
2007	566	16.866	592	20.527		
2008	810	22.944	939	23.039		
2009	1.072	28.296	1.192	27.155		
2010	1.133	28.100	1.317	28.364		
2011	1.399	31.035	1.557	28.143		
2012	1.367	22.235	835	15.491		
2013	425	6.368	-	-		
<b>Total</b>	<b>8.254</b>	<b>234.852</b>	<b>8.030</b>	<b>211.350</b>		

## 17. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2013	2012	2013	2012
Natureza				
Fiscal	-	539.045	142	176
COFINS	-	499.657	-	-
PIS	-	39.388	-	-
Outros	-	-	142	176
Trabalhistas	8.784	7.126	9.386	7.932
Cível	4.000	4.000	312	312
<b>Total</b>	<b>12.784</b>	<b>550.171</b>	<b>9.840</b>	<b>8.420</b>

"Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial" somam o valor de R\$ 550 (R\$ 550 em 2012). PIS e COFINS - Em novembro de 2013, com a finalidade de aproveitamento dos benefícios gerados pelo REFIN disposto pela Lei nº 12.865/13, a Seguradora optou por pagar os débitos que estavam suspensos por liminar e desistir dos processos judiciais que discutiam a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e aumentou a base de cálculo do PIS. Em setembro de 1999, a Seguradora impetrou Mandado de Segurança objetivando afastar as alterações trazidas na cobrança da COFINS impostas pela Lei nº 9.718/98 e obteve liminar para a suspensão da exigibilidade das cobranças. O Mandado de Segurança para o PIS é de dezembro de 2007, onde se alegou a inconstitucionalidade da Lei 9.718/98 e majoração da base de cálculo, no qual se obteve liminar. A partir de maio de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora deixou de provisionar o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras, passando a considerar o tributo apenas sobre o faturamento. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CA/T nº 2.773/07, a Seguradora reverteu à provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras. Os valores não recolhidos a título de COFINS e PIS durante todo o período da discussão judicial estavam provisionados e vinham sendo atualizados pela SELIC desde a sua constituição. Em outubro de 2013 as provisões totalizavam R\$ 574.527 de COFINS e R\$ 49.378 de PIS. Para a composição dos valores a pagar, a Seguradora incluiu na base de cálculo do PIS e COFINS, para todo o período compreendido no REFIN, os valores das receitas financeiras obtidas de ativos financeiros oferecidos em garantia das reservas técnicas, pois este é o entendimento externado pela Receita Federal do Brasil nas Soluções de Consulta números 91/2012 e 249/2012. Mesmo este não sendo o entendimento da empresa, este procedimento de inclusão das receitas financeiras na base de cálculo do PIS e da COFINS foi adotado a fim de garantir a adesão ao Programa REFIN da RFB. Considerou também as multas e os encargos impostos nas execuções fiscais propostas pela União no decorrer da discussão, que também não possuíam provisão, pois a probabilidade de perda das ações judiciais era considerada possível. Após a inclusão desses valores, o total da dívida constituída ficou em R\$ 919.992, sendo R\$ 847.749 abrangidos pelo REFIN, por terem o vencimento até dezembro de 2012 e R\$ 72.234 vencidos após janeiro de 2013. O pagamento foi feito à vista em novembro de 2013 para as dívidas abrangidas pelo REFIN e em dezembro de 2013 para os demais valores, no total de R\$ 525.584, com economia de R\$ 394.408 após a aplicação dos benefícios do REFIN. A parcela de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras do período de dezembro de 2012 a dezembro de 2013, não recolhidos por não estarem abrangidos pelo REFIN e conforme entendimento acima externado de que estes valores não compõem a base de cálculo das contribuições após maio de 2009 é de R\$ 10.723 de COFINS e R\$ 1.742 de PIS, atualizados pela SELIC até 31 de dezembro de 2013. PIS - A Seguradora discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos das Emendas Constitucionais nºs 10/96 e 17/97 vigentes até janeiro de 1999, os valores não recolhidos nos períodos de janeiro a junho de 1996 e de julho de 1997 a fevereiro de 1998, atualizados pela SELIC até dezembro de 2013 são de R\$ 10.128 (R\$ 9.960 em 2012). A probabilidade de perda deste processo foi analisada como remota, por este motivo não foi constituída a provisão para perdas. Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora. Cível - Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que adviriam de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza cível oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro. A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas.

b) Movimentação

	2013		2012	
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total
Saldo inicial	539.045	7.126	4.000	550.171
Constituições	127.529	2.151	-	129.680
Atualização monetária	66.678	-	-	66.678
Baixas	(733.252)	(493)	-	(733.745)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>8.784</b>	<b>4.000</b>	<b>12.784</b>

c) Composição das ações judiciais de naturezas trabalhistas e fiscal por probabilidade de perda

	2013			2012		
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor da Provisão	Quantidade	Valor Reclamado	Valor da Provisão
I - Fiscais	-	-	-	3	539.045	539.045
Provável	-	-	-	3	539.045	539.045
II - Trabalhistas	59	16.471	8.784	58	15.632	7.126
Provável	59	16.471	8.784	58	15.632	7.126
III - Cível	1	4.000	4.000	1	4.000	4.000
Provável	1	4.000	4.000	1	4.000	4.000
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>20.471</b>	<b>12.784</b>	<b>62</b>	<b>558.677</b>	<b>550.171</b>
Provável	60	20.471	12.784	62	558.677	550.171

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

Lucro contábil antes dos impostos e após participações	2013		2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	18.649	11.189	71.340	42.818
Diferenças temporárias	(127.245)	(76.347)	40.585	24.351
Diferenças permanentes	(107.196)	(64.318)	1.403	6.391
Resultado de partic. em controladas/coligadas	-	-	(13.994)	(8.396)
Seguros rurais	(379)	-	(5.240)	-
Deduções incentivadas	-	-	(5.323)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(216.171)</b>	<b>(129.476)</b>	<b>88.759</b>	<b>59.424</b>
Constituição (reversão) de crédito tributário	127.245	76.347	(40.585)	(24.351)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	-	-	496	(376)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(88.926)</b>	<b>(53.129)</b>	<b>48.670</b>	<b>34.697</b>
Alíquota efetiva (%)	(119%)	(71%)	17%	12%

b) Movimentação

	2013		2012	
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total
Saldo inicial	539.045	7.126	4.000	550.171
Constituições	127.529	2.151	-	129.680
Atualização monetária	66.678	-	-	66.678
Baixas	(733.252)	(493)	-	(733.745)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>8.784</b>	<b>4.000</b>	<b>12.784</b>

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme acordo operacional firmado entre os acionistas, a Seguradora utiliza estrutura administrativa operacional comum, sendo que em conjunto com as empresas do Grupo MAPFRE compartilha: gestão de recursos humanos, auditoria interna e compliance e sistemas corporativos. As despesas incorridas com essa estrutura são rateadas com base no esforço empregado por área de cada empresa. A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e resarcido conforme estabelecido entre as partes. a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os proventos de curto prazo provisionados aos administradores foram R\$ 4.801 (R\$ 5.680 em 2012). b) Compartilhamento de despesas: Em 2012, foi implementada a distribuição das despesas administrativas entre as empresas operacionais do Grupo Segurador BBMAPFRE através do Modelo de Alocação e Rateio de Custos - M.A.R.C. Visando a aplicabilidade do modelo, foi elaborada a padronização das estruturas de centros de custos para todas as empresas do Grupo, criados com base nos organogramas contemplando o nível de Diretorias Gerais até o nível de Gerências. O ríto contemplou os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing) incorridos a partir de janeiro de 2012, impactando no resultado e contas patrimoniais, por empresa, sendo que as liquidações financeiras entre as empresas, relativas ao rateio de 2012, ocorreram no início de 2013. Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e as receitas e despesas incorridas no exercício estão resumidos no quadro abaixo:

Relação	2013				2012			
	Ativo	Passivo	Despesa	Receita	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Aliança do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia S.A.	Coligada	3.439	506	3.670	1.062	15.957	-	42
Seguros Aliança do Brasil	Coligada	14.058	6.499	58.189	12.631	16.328	-	-
MAPFRE Vida S.A.	Coligada	2.182	1.126	19.666	5.351	9.046	-	71.310
MAPFRE Affinity Seguradora S.A.	Coligada	5.193	145	3.908	718	31.869	-	6.931
Vida Seguradora S.A.	Coligada	1.051	182	2.558	632	7.292	-	3.783
Brasileveculos Companhia de Seguros	Coligada	15.414	1.807	54.328	55.575	-	24.704	1.362
MAPFRE Nossa Caixa e Previdência S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	-	2.326
MAPFRE Seguradora de Crédito a Exportação S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	-	278
MAPFRE Previdência S.A.	Coligada	-	-	-	-	-	-	194
BB MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	1.064	-	96.496	-	1.534	-	-
MAPFRE Capitalização S.A.	Coligada	1.857	-	1.568	-	959	-	3.090

c) Outras informações: Não são efetuados pela Seguradora, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares, conforme legislação em vigor. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Seguradora não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na Seguradora em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

22. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 1.096 (R\$ 830 em 31 de dezembro de 2012).

23. TRANSFERÊNCIA DE CARTEIRA

Dando continuidade à estratégia para a formação da parceria entre os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil, sob a perspectiva da reestruturação operacional, a carteira de seguros de automóvel, comercializada no canal bancário, foi transferida para a Brasiveculos Companhia de Seguros em 1º de janeiro de 2013, empresa originalmente detentora dessa carteira. Referida operação foi aprovada através da Carta SUSEP/SEGER nº 385/2012 de 24 de outubro de 2012 e comunicada pela Seguradora no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2012. A vigência média da carteira transferida foi de 6 meses e o valor financeiro líquido referiu-se aos direitos e obrigações transferidos no valor de R\$ 231.406, conforme demonstrado abaixo. Os direitos e obrigações relacionados às transferências conforme contrato celebrado entre as partes são: a) Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotar, administrar e desempenhar todos os deveres de uma seguradora, com relação ao seguro. b) Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices/certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros. c) Prestar atendimento pós-venda ao cliente/segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente. d) Balanço dos valores cindido:

Ativo	Passivo	
	Circulante	Circulante
Disponível	(668.177)	Compostos a pagar
Caixa e bancos	(668.177)	Impostos e encargos sociais a recolher
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>(345.622)</b>	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>
Prêmios a receber	(577.028)	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
MAPFRE Seguros Gerais S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

a) A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Conforme descrito na Nota 3n, de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 462/13, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, anteriormente requerida pela SUSEP, deve ser revertida em sua totalidade ou gradualmente, com prazo limite para reversão integral até 31 de dezembro de 2014. A Seguradora reclassificou o saldo para Outras Provisões Técnicas e manteve o saldo registrado

desde fevereiro de 2013. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP, em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 15.222 mil, líquidos de resseguro, sendo R\$ 9.133 mil líquidos dos efeitos tributários, e o resultado do exercício findo naquela data está subavaliado em R\$ 625 mil, sendo R\$ 375 mil, líquidos de resseguro e dos efeitos tributários.

b) A Seguradora possui a totalidade das ações da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. que é avaliada com base no método de equivalência patrimonial. Essa controlada utiliza como critério contábil as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios- PCP. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2013 a participação societária registrada na rubrica de investimentos, referentes a essa controlada, está subavaliado no montante de R\$ 14.677 mil, e o resultado do exercício findo naquela data está subavaliado no montante de R\$ 281 mil.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Outros Assuntos****Ajustes e reclassificações de anos anteriores**

Conforme mencionado na nota explicativa 2 (b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 (b), e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Dessa forma, nenhuma alteração é requerida em nosso relatório sobre as referidas demonstrações financeiras reapresentadas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.



**ERNST & YOUNG**

**Auditores Independentes S.S.**

CRC-2SP015199/O-6

**Patrícia di Paula da Silva Paz**

Contadora CRC-1SP198827/O-3

**Leandro Galkyz Uzzi de Oliveira**

Contador CRC-1SP232769/O-1

**DIRETORIA**

**Marcos Eduardo dos Santos Ferreira**

Diretor Presidente

**Roberto Barroso**

Diretor Vice-Presidente

**Alencar Rodrigues Ferreira Júnior**

**Benedito Luiz Alves Dias**

**Carlos Alberto Landim**

**Dirceu Tiegs**

**Jabis de Mendonça Alexandre**

**Luiz Gustavo Braz Lage**

**Maurício Galian**

**Raphael de Luca Júnior**

**Wady José Mourão Cury**

**CONTADORA**

**Simone Pieretti Gonçalves** CRC 1SP183717/O-5

**ATUÁRIA**

**Adriana Nery Okada - MIBA 1.031**